

Manifesto e pedagogia sobre a intervenção no Centro Histórico de Guimarães

A intervenção nos centros históricos tem sido um tema recorrente no debate arquitectónico desde meados do século XX. Os núcleos primitivos das cidades europeias, mesmo aqueles que não foram danificados pela guerra, tornaram-se obsoletos perante os novos paradigmas urbanísticos e arquitectónicos preconizados pela Carta de Atenas. Estas zonas, altamente densificadas pela imigração rural, apresentavam frequentemente graves problemas sociais de pobreza, de salubridade e de segurança: os edifícios encontravam-se degradados e os traçados medievais revelavam-se incompatíveis com a crescente mobilidade motorizada, sendo percebidos como obstáculos ao progresso da civilização maquinista. A resposta do urbanismo moderno foi, por vezes, uma espécie de *tabula rasa*, através de demolições extensivas que implicavam a destruição do tecido urbano existente, a expulsão dos moradores e a conservação de alguns monumentos isolados.

Estas políticas começaram a ser questionadas nas décadas de 1960 e 1970, por vozes críticas comprometidas com a preservação urbana num sentido mais integral. Neste contexto, a abordagem do arquitecto Fernando Távora no *Estudo de Renovação Urbana do Barredo* (ERUB, 1969) procurou alargar o valor patrimonial ao edificado corrente, salientando a sua importância para a identidade paisagística da cidade. Esta proposta, contemporânea da experiência de Bolonha, partia de uma perspectiva global da cidade, associando a intervenção no edificado material à acção social, a visão do conjunto ao desenho do pormenor, a conservação dos valores patrimoniais à necessidade de actualização contemporânea.

Porém, a vulnerável situação política dificultou a sua concretização. No entanto, a repercussão deste trabalho viria posteriormente a fazer-se sentir na reabilitação do centro histórico do Porto.

A concretização destes princípios veio também a materializar-se na reabilitação do centro histórico de Guimarães. Fernando Távora, que nos inícios de 1980 trabalhava no Plano Geral de Urbanização desta cidade, chamou à atenção para o estado de deterioração física e social do seu núcleo medieval, o que levou a Câmara Municipal a criar o Gabinete do Centro Histórico (GCH), mais tarde designado Gabinete Técnico Local (GTL), no qual participou como assessor. O arquitecto promoveu a implementação das orientações apresentadas no ERUB, embora aqui com algumas diferenças metodológicas. Ao contrário do que tinha acontecido no Barredo, em Guimarães nunca houve um “plano” formalmente concebido, nem se promoveram projectos de intervenção em quarteirões completos. Pelo contrário, o processo progrediu através de concomitantes e sucessivas intervenções pontuais, empreendidas por iniciativa privada com o apoio do GTL, que as abordava caso a caso. Por outro lado, a par com a reabilitação de edifícios residenciais particulares, promoveu-se a intervenção em edifícios municipais e a criação de novos equipamentos, para além da requalificação do espaço público, como estratégia para a atracção de investimento privado.

As obras realizadas em Guimarães caracterizaram-se também por um rigoroso respeito pelas tipologias e materiais tradicionais, restringindo a utilização de sistemas industrializados como o betão armado e estimulando a recuperação dos ofícios e técnicas tradicionais. Verificou-se ainda um forte compromisso com a manutenção da população residente (inclusive, sempre que possível, durante a realização das obras), recusando a gentrificação e visando preservar a autenticidade social do centro histórico, proporcionando melhorias nas condições de habitabilidade dos edifícios.

A primeira operação efetuada, com vocação pedagógica, foi a recuperação de uma pequena residência seiscentista na Rua Egas Moniz (a denominada Casa na Rua Nova), guiada por Fernando Távora. O sucesso desta experiência, distinguida com o Prémio Europa Nostra 1985 (entre outros), foi o catalisador de todo um processo contínuo e aturado, que levou à inscrição do Centro Histórico de Guimarães na lista do Património Mundial da UNESCO (2001).¹

Este edifício, apesar dos sinais de degradação, ainda conservava uma consistente autenticidade tipo-morfológica e construtiva. Inserida no loteamento gótico, a casa implanta-se num lote estreito, com um pequeno logradouro quadrangular nas traseiras que confina com a muralha. De provável origem medieval, o imóvel foi objeto de ampla reconstrução no século XVII e de várias alterações no século XIX. Obedece à tipologia adotada pela burguesia comercial vimaranense a partir do Renascimento, típica das ruas com maior atividade comercial,² e caracterizada pela utilização do rés-do-chão como loja, enquanto os andares superiores albergavam a habitação. Com efeito, a casa desenvolve-se em profundidade, com uma escada central que organiza simetricamente os três pisos.

Do ponto de vista construtivo, o piso térreo apresenta espessas paredes portantes em granito, sobre as quais assentam as alvenarias dos pisos superiores em taipa que, na fachada, avançam ‘em ressalto’ sobre a rua. A fachada principal, que segundo Távora, “se assemelhava a um móvel”,³ pelos ricos pormenores que recordam o mobiliário português da época, apresenta composição simétrica e preserva alguns elementos já raros como os vãos com portadas opacas de madeira, sem janelas envidraçadas. No interior, as guardas das portas eram adornadas com molduras clássicas e os tectos encontravam-se decorados com policromia, de que subsistiam poucos vestígios.

Antes da intervenção era uma zona com má reputação e o edifício encontrava-se em avançado estado de degradação

(fruto de um incêndio e da falta de uso e manutenção), principalmente na parte posterior, tendo já desabado a fachada tardoz. A deterioração da “reliquia seiscentista” da Rua Nova despoletou a reacção de alguns vizinhos e especialistas,⁴ que reclamaram a sua recuperação.⁵ Esta operação visava criar um paradigma de preservação das qualidades morfológicas e construtivas, por oposição a algumas práticas incipientes de fachadismo no centro histórico, que obliteravam a matriz tipológica e construtiva, especialmente no interior.

O estado ruinoso do edifício, em 1980, motivou a execução de uma série de intervenções urgentes, sob a direcção do arquitecto António Menéres. Iniciaram-se alguns trabalhos de reabilitação, mas a falta de financiamento e o surgimento de diversos problemas provocaram sucessivos atrasos que prejudicaram as condições de estabilidade do imóvel.⁶ As obras ganharam um novo impulso com a contratação de Fernando Távora como consultor do Gabinete do Centro Histórico, em fevereiro de 1984, e assumiram um reforçado sentido didáctico, já que o edifício acolheria a própria sede do GCH. Deste modo, o projecto serviria como mostruário de soluções exemplares que os cidadãos podiam conhecer *in situ*.

A matriz tipo-morfológica foi rigorosamente preservada, mantendo-se a escada no centro, assim como as divisórias correspondentes às antigas alcovas. Numa sala que se pretendia mais ampla (no 2.º piso), foi mantida a estrutura em madeira de um tabique preexistente, como memória da anterior organização espacial. No logradouro foi plantado um cipreste e dispostos vestígios arqueológicos descobertos no local que, com sentido estético, evocam a densidade histórica do lugar, enfatizada pela presença da muralha medieval.

As estruturas interiores apresentavam distintos níveis de conservação, tendo sido preservadas numerosas vigas e outros elementos de madeira com acções pontuais de reforço estrutural (pernos, apoios metálicos, tacos de nivelamento). Ainda assim, só foi possível preservar os barrotes do primeiro

- 1 Para um maior desenvolvimento sobre a reabilitação do centro histórico ver: AGUIAR, J., “A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares”; GESTA, A., RODRIGUES, R., *Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Guimarães*; MORAIS, M., VAZ M., *Guimarães: património cultural da humanidade*; RODRIGES, Ricardo, “Centro histórico de Guimarães – várias obras, um mesmo projecto”.
- 2 Para aprofundar sobre o passado desta rua ver: FERREIRA, A., AMORIM, MN., GUERREIRO, M.J., “Família e residência em espaço urbano. Guimarães em 1799”; FERREIRA, MC., “Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)”.
- 3 ORDÓÑEZ CASTAÑÓN, D. “Conversa com Miguel Frazão”, p. 114.
- 4 ALVES, JM, “A reliquia seiscentista da Rua Nova”.
- 5 Maria João Vasconcelos, na altura directora do Museu Alberto Sampaio, conseguiu persuadir a Câmara Municipal a adquirir o imóvel em 1979, com a expectativa de servir de modelo de boas práticas para um processo de reabilitação à escala urbana.
- 6 Para além dos problemas de financiamento para realizar uma intervenção profunda, o expediente evidencia vários mal-entendidos com o arquiteto, bem como a preocupação pela escassa especialização dos operários, o que comprometia a exemplaridade desejada. Ver: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; Remesa 21. Pasta 12: Documentos.

piso, substituindo-se todos os demais, bem como o soalho de madeira de todos os pisos. Quanto à cobertura, seguiu-se um desenho similar ao existente e reutilizaram-se telhas antigas.

A preservação integral da fachada principal foi um objectivo ambicioso, atendendo à deterioração das carpintarias, que implicou a sua desmontagem, numeração e posterior reposição *in situ*. As peças de madeira foram reparadas recorrendo a técnicas de carpintaria, como enxertos que replicam as soluções preexistentes.

Nas paredes interiores, o arquitecto deixou uma série de ‘testemunhos’ circulares recortados no reboco, que mostram pedagogicamente a autenticidade dos materiais e tecnologias utilizadas (‘antigos’ ou ‘novos’, com técnicas tradicionais). Além de conservar criteriosamente as soluções construtivas tradicionais, Távora demonstra um enorme respeito pelas carpintarias e ferragens antigas, que mantiveram o seu carácter funcional. O olhar mais atento poderá ainda distinguir rodapés antigos e novos ou pequenas ‘janelas estratigráficas’ de antigas pinturas de vigas, tectos e paredes.

A premissa desta obra era manter o máximo possível do edifício existente. Ainda assim, importa referir outro princípio fundamental da operação: “o que tinha que ser feito de novo tinha uma linguagem distinta sem que imitasse o antigo”.⁷ Os novos elementos apresentam uma linguagem renovada, procurando um diálogo com a pré-existência através da escala, da proporção e da materialidade, sem mimetizar as soluções preexistentes. Este princípio é evidente na fachada tardoz, da qual não persistia nenhum vestígio documental ou material, e onde Távora opera em continuidade com os sistemas construtivos tradicionais, reinterpretados em chave moderna (vãos com pé-direito total, encostados às extremidades do lote). Para além disso, a uniformização cromática dos revestimentos (caiação de paredes em cor branca e pintura a tinta de óleo escura nos madeiramentos) confere ao edifício uma grande unidade. Outros detalhes, como as novas

luminárias, apesar da sua contemporaneidade, integram-se de forma neutra e harmoniosa nos espaços.

A ausência de projecto de execução exigiu uma supervisão constante por parte do arquitecto, com visitas semanais para orientar os trabalhos, coordenar os operários, marcar os tempos das obras e tomar decisões relativamente a algumas operações de maior complexidade. Esta obra ‘de bengala’ foi documentada através de um exaustivo registo fotográfico (em grande parte desaparecido) do processo por parte de Miguel Frazão. Os arquitectos do GCH realizaram diversos levantamentos parciais durante a obra,⁸ ainda que os desenhos mais rigorosos tenham sido feitos a posteriori, com o propósito de clarificar o alcance da intervenção e evidenciar a preservação das peças artesanais. O cuidado no detalhe é evidente nos minuciosos pormenores (até à escala 1:1) que documentam o desenho das cornijas, as transições entre elementos novos e existentes, a preservação das antigas ferragens ou o projecto da nova iluminação interior.⁹

A obra, realizada por uma pequena empresa familiar que ainda dominava os sistemas construtivos tradicionais, serviu assim de laboratório onde foram testadas diferentes técnicas construtivas em vias de extinção, como a taipa de fasquio e a taipa de rodízio.¹⁰ Para além disso, com a ajuda de António Pereira e de Jerónimo Ferreira, a equipa de arquitectos do GCH pode investigar e recuperar as fórmulas para a elaboração de vários tipos de tintas, registadas e divulgadas num caderno editado pela associação Muralha.¹¹

Para além de salvaguardar os excepcionais valores patrimoniais do edifício, a recuperação da Casa na Rua Nova veio assentar os princípios orientadores das sucessivas reabilitações do centro histórico. Nas palavras dos arquitectos, “o critério utilizado na recuperação foi o de consolidar a estrutura, manter a compartimentação — inclusive de alterações do século XIX, apenas com introdução dos inexistentes lavabos — e construir uma nova fachada posterior integrada

7 ORDÓÑEZ CASTAÑÓN, D. “Conversa com Miguel Frazão”, p. 114.

8 Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; Remesa 21. Pasta 5: esboços e desenhos.

9 Fundação Marques da Silva, Arquivo Fernando Távora, PT/FIMS/FT/0249.

10 Para um maior desenvolvimento sobre as técnicas construtivas tradicionais em Guimarães ver TEIXEIRA, G., BELÉM, M., *Diálogos de edificação: estudo de técnicas tradicionais de construção*.

11 VV.AA., *Técnicas de construção tradicional. Caderno 1: tintas*.

no espírito do edifício existente. Para o efeito foi utilizada mão-de-obra local e materiais e técnicas tradicionais, não só no sentido de obter uma unidade construtiva como uma unidade formal e ambiental”.¹² Depois de vários anos sem utilização definida, e após as indispensáveis obras de manutenção e reparação, o edifício acolhe, desde 2022, a sede da Delegação de Guimarães da Ordem dos Advogados.

Este caso terá tido um valor particular na trajetória profissional de Fernando Távora, por expressar um olhar renovado sobre um edifício emblemático em Guimarães, cidade com uma longa e influente tradição no âmbito da cultura do restauro em Portugal. Em termos metodológicos, esta obra aparece intimamente relacionada com a recuperação da casa familiar em Covilhã (beneficiando também da experiência prévia no Convento de Santa Marinha da Costa), no que respeita à conservação rigorosa dos sistemas construtivos tradicionais e à preservação da imagem e da espacialidade histórica, ao mesmo tempo que os novos elementos, por oposição ao *pastiche*, introduzem uma subtil modernidade, imbricada numa continuidade dialética com a pré-existência.

12 Ver: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; Remesa 21. Pasta 12: Documentos, f.83.